Através da arte e da literatura

Sociedade sintetiza suas perspectivas e concepções

É no domínio da arte e da literatura que a sociedade, através dos seus elementos mais talentosos, sintetiza as suas perspectivas e concepções e enriquece para as gerações vindouras o legado comum que é o património cultural — sublinha o documento, quando aborda o tema «A Cultura, Progresso Global», fazendo notar, entretanto, que a produção artística, actividade que tem como pressuposto a liberdade de criação e de iniciativa, «não pode ser definida como responsabilidade estatal».

No âmbito de uma concepção da cultura, valorizada e desenvolvida, como elemento fundamental da unidade nacional e educação patriótica dos cidadãos, esta abordagem temática sublinha que ela, cultura, é com efeito um processo global envolvendo os agentes de produção cultural e artística da comunidade (artistas, intelectuais, editores, empresários, círculos de interesse, grupos e associações culturais, entre outros). Nele também se incluem as instituições culturais (casas de cultura, museus, teatros, bibliotecas, centros de investigação e formação e o desenvolvimento de uma acção estatal neste projecto e no incentivo às actividades culturais e artísticas inseridas nos grandes objectivos da construção da Nação moçambicana.

Um outro ponto importante desta análise temática é quando ela se debruça sobre os efeitos da guerra nesse objectivo, já que ela atinge o património físico «com a destruição de inúmeros monumentos históricos, incluindo os trabalhos de reconstituição em curso em algumas estações arqueológicas», sendo igualmente de destacar, ainda nesta análise, da presença quotidiana da guerra e a sua acção devastadora sobre a sociedade, a deslocação de cerca de quatro milhões de moçambicanos dos seus lugares de origem como resultado dos ataques e atrocidades dos bandidos armados. Tal situação provocou a perda de referências sociais e ambientais básicas para o crescimento harmónico e a continuidade do processo cultural, fazendo «prever que a tragédia que hoje vitima o nosso povo terá uma projecção de empobrecimento e limitação sobre muitas gerações futuras».

O documento assinala, no entanto, que apesar dessa tragédia que afecta dramaticamente a sociedade moçambicana, como «em outros momentos críticos da nossa história», os poetas, prosadores, pintores, escultores, cantores, coreastas e homens de teatro «têm dado testemunho que, apesar das lágrimas e do luto é a crença na vida, é o amor à terra que povoam a sua imaginação».

Apontando exemplos claros dessa criatividade, desse amor à arte e cultura e ao país, assinalam-se a realização regular de exposições artísticas espectáculos de teatro, a produção musical, as edições literárias, entre outras iniciativas, as quais «têm vindo a registar um crescimento em quantidade e qualidade, ganhando novas dimensões, melhorando a sua expressão formal, contribuindo para o conhecimento e a aproximação das diferentes expressões de identidade nacional».

AREA CULTURAL: SEU DESENVOLVIMENTO

Depois de se referir à criação, em 1983, da Secretaria de Estado da Cultura entretanto elevada em 1987 à categoria de Ministério, e a autonomização, a nível local dos serviços de Cultura, o que trouxe, segundo a análise do documento, «uma maior capacidade de intervenção» a este sector, surge a explicação de algumas dificuldades à plena realização dos objectivos traçados. São elas: a situação que o País atravessa, de profunda crise económica, com o estigma permanente de uma guerra que atinge toda a sociedade, tornando impossível dotar o sector com os meios humanos e materiais indispensáveis. Assim, impôs-se a redefinição de prioridades na própria acção cultural, tendo-se decidido concentrar esforços na definição do quadro legal básico, na criação de instituições culturais e na defesa do património cultural. «Entre outra legislação, foram promulgados a lei de protecção do património cultural e o regulamento do espectáculo, cobrindo respectivamente o essencial da actividade da área do património cultural e da área da acção cultural».

Sendo que a cultura é uma componente essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade, o Estado dá outro passo a criação de algumas instituições culturais, a destacar o Conselho Nacional da Cultura e o Fundo para o Desenvolvimento da Acção Cultural (FUNDAC), além do projecto do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, o qual já resultados no abastecimento às nossas livrarias e garantirá a remodelação da Biblioteca Nacional e de 25 outras bibliotecas no País, além da reactivação do sector editorial.

Embora com grandes carências de meios humanos, materiais e técnicos, prosseguiu, adianta o documento, o trabalho de reorganização e reapetrechamento dos museus e preservação dos principais monumentos nacionais, ilustrando-o a abertura recente do Museu Nacional de Arte, com uma exposição permanente de arte moçambicana contemporânea, e o projecto de Museu Nacional de Etnologia, a abrir em breve em Nampula. Entretanto, refere-se depois, continuam activos os projectos da Ilha de Moçambique e da Baixa Antiga da Cidade de Maputo, no «âmbito das actividades do Serviço do Património Edificado», enquanto o Museu da Revolução será objecto de um esforço de remodelação através do aprofundamento da sua definição de funções e com a extensão dos seus serviços, tratamento dos monumentos e sítios ligados à história da luta de libertação nacional em todos os pontos do País.

«O Projecto de Arte Maconde» é igualmente contemplado por esta reflexão, salientando-se que, estando ele em curso de realização, permitirá além da valorização internacional desta forma de arte moçambicana, a criação de um museu específico de arte maconde, em Pemba.

Enquanto isto, o esforço essencial tem sido dirigido para a defesa do património cultural, onde se inscreve a continuidade e o aprofundamento do gigantesco levantamento da nossa cultura que foi a Campanha de Preservação e Valorização Cultural, com o projecto dos Arquivos do Património Cultural, ARPAC, através do qual se tem promovido, no País e no estrangeiro, a formação de especialistas aos diversos níveis das ciências sociais e humanas.

Outro aspecto de destaque encontrado no documento a propósito da Cultura é quando ele sublinha que ao Estado cumpre criar as condições necessárias para a valorização da expressão artística «e para a democratização do acesso às manifestações da arte». Esta atitude é explicada pela conclusão de que é através dos grupos e associações culturais e casas de cultura que se deve fazer a animação cultural e que é da produção de espectáculos de música, dança e tea-

tro, de exposições de arte, de saraus literários, em número crescente na capital e em todas as capitais provinciais que continuam a dar provas do talento do Povo moçambicano. «A intervenção de empresários do espectáculos e de outras indústrias culturais é não só útil como desejável desde que respeitadora dos parâmetros legais estabelecidos. Nesse contexto, importa que o Estado proceda à introdução de legislação que proteja os direitos do autor, na base das convenções internacionais e das reflexões já promovidas pelos escritores, artistas e juristas nacionais».

Dando outros exemplos da referida democratização do acesso às manifestações da arte, o relatório do Comité Central recorda o surgimento da Associação dos Músicos e a constituição, para breve, da Associação dos Artistas Plásticos. «A Associação dos Escritores Moçambicanos é já um dado adquirido, uma realidade da nossa vida cultural», sublinha-se.

A importância e o papel das línguas moçambicanas na construção da Nação e na consolidação da unidade nacional são igualmente destacados, sendo fundamental que este trabalho prossiga, «com novos e mais profundos passos».

Sobre a recolha e o estudo das diversas manifestações culturais do País, esta análise, tomando como pontos referenciais a intervenção cultural formativa, as iniciativas de intercâmbio e extensão crescente das instituições do sector, assim como a necessidade de se construir a sua base material e científica, refere que se torna indispensável a promoção de uma conferência sobre a cultura onde se estabeleçam as grandes linhas para a nossa acção cultural. «Esta deverá envolver artistas de diferentes disciplinas, associações e organismos culturais, cooperativas, empresas, organizações democráticas de massas, de forma a promoverem a consolidação do movimento cultural em torno do objectivo de mobilização patriótica, como processo de fortalecimento da unidade e encorajamento da afirmação orgulhosa da moçambicanidade».

O relatório acrescenta ainda sobre este envolvimento que se pretende amplo, que o ponto fundamental desta conferência deverá ser a definição de uma política linguística através da criação de um Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas. «O estudo científico e a ponderação sócio-política das línguas moçambicanas servirão, nomeadamente, para determinar as línguas a utilizar na alfabetização e no ensino geral, como disciplina ou língua veicular».